

CAPÍTULO I – DO FUNDO

Artigo 1º – O VINCI SELECTION EQUITIES FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, doravante denominado (FUNDO), constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, regido pelo presente Regulamento, pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 555, de 17.12.2014 (Instrução CVM nº 555/14), suas posteriores alterações e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

CAPÍTULO II – DO PÚBLICO ALVO

Artigo 2º – O FUNDO destina-se ao público em geral, e será regido pelas normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis aos Fundos de Investimentos. A carteira do FUNDO deverá observar, no que couber, as vedações aplicadas às entidades fechadas de previdência complementar previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.661, de 25.05.2018 (Res. CMN nº 4.661/18) e aos regimes próprios de previdência social previstas na Resolução do CMN nº 3.922, de 25.11.2010 (Res. CMN nº 3.922/10) e suas posteriores alterações, no que for aplicável somente ao FUNDO, sendo certo que caberá aos COTISTAS a responsabilidade pelo enquadramento de seus investimentos aos limites de concentração e diversificação estabelecidos nas referidas normas aplicáveis, considerando que o controle dos limites não é de responsabilidade da ADMINISTRADORA ou da GESTORA do FUNDO.

CAPÍTULO III – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES DE RISCO

Artigo 3º – O FUNDO tem por objetivo proporcionar aos seus COTISTAS, rentabilidade por meio das oportunidades oferecidas preponderantemente pelo mercado de renda variável, não obstante, o FUNDO poderá aproveitar oportunidades através de investimentos em outras classes de ativos financeiros disponíveis nos mercados de renda fixa, cambial, derivativos e cotas de Fundos de Investimento, negociados nos mercados internos.

Parágrafo Primeiro – De acordo com seu objetivo de investimento, o FUNDO possui compromisso de concentração em renda variável e índices de ações, podendo incorrer também os seguintes fatores de risco: taxa de juros pós-fixadas, taxa de juros pré-fixadas, índices de preço, variação cambial e derivativos. O FUNDO tem por objetivo proporcionar aos seus COTISTAS, rentabilidade que busque superar a variação do índice da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) por meio da atuação no mercado de ações.

Parágrafo Segundo – Os COTISTAS do FUNDO serão tributados pelo imposto de renda na fonte, quando do resgate das cotas, à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o rendimento auferido. Tal apuração será realizada conforme metodologia de cálculo do prazo médio regulamentada pela Secretaria da Receita Federal. Alterações nestas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos COTISTAS.

Parágrafo Terceiro – O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos COTISTAS sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo Quarto – O FUNDO respeitará, no que aplicável, as normas que regulam as aplicações dos recursos dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios de previdência social, em particular a Res. CMN nº 4.661/18 e a Res. CMN nº 3.922/10, conforme alteradas.

Artigo 4º – Os investimentos do FUNDO deverão ser representados, isolada ou cumulativamente, pelos seguintes ativos financeiros:

LIMITES POR ATIVOS FINANCEIROS	(% DO PATRIMÔNIO DO FUNDO)			
	MÍN.	MÁX.	LIMITES DA CLASSE	
			MÍN.	MÁX.
1) Ações, bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações, desde que a emissão ou negociação tenha sido objeto de registro ou de autorização pela CVM.	0%	100%		
2) Cotas de Fundos de ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM.	0%	100%		
3) Cotas de Fundos de Investimento em índice de mercado variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, conforme regulamentação estabelecida pela CVM.	0%	100%	67%	100%
4) Brazilian Depositary Receipts classificados como nível II e III, desde que a emissão ou negociação tenha sido objeto de registro ou de autorização pela CVM.	0%	100%		
5) Brazilian Depositary Receipts classificados como nível I, desde que a emissão ou negociação tenha sido objeto de registro ou de autorização pela CVM.	0%	0%		
6) Cotas de Fundos de ações BDR Nível 1.	0%	20%		
7) Ativos financeiros emitidos pelo Tesouro Nacional.	0%	33%	0%	33%
8) Operações compromissadas lastreadas nos ativos relacionadas no item (7) acima.	0%	33%		
9) Ouro, desde que adquirido ou alienado em padrão internacionalmente aceito.	0%	0%		

10) Ativos financeiros emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto os ativos financeiros descritos nos itens (1) e (4) acima.	0%	33%		
11) Ativos financeiros emitidos por Companhias Abertas, exceto securitizadoras, não computados os ativos financeiros descritos nos itens (1) e (3) acima.	0%	33%		
12) Operações compromissadas lastreadas nos ativos relacionados nos itens (10) e (11) acima.	VEDADO			
13) Ativos financeiros emitidos por pessoa jurídica de direito privado que não as relacionadas nos itens (1) (10) e (11) acima, desde que tenham coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	VEDADO			
14) Operações compromissadas lastreadas nos ativos relacionadas no item (13) acima.	VEDADO			
15) Ativos financeiros de responsabilidade de pessoas naturais.	VEDADO			
16) Quaisquer outros ativos financeiros que venham a ser criados cuja aquisição seja permitida pela regulamentação aplicável, notadamente a Instrução CVM nº 555/14, a Res. CMN nº 4.661/18, a Res. CMN nº 3.922/10, e pelas regras previstas neste Regulamento.	0%	33%	0%	33%
17) Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em cotas de Fundos de Investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto, registrados com base na Instrução CVM nº 555/14 destinados exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 554/14.	VEDADO			
18) Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em cotas de Fundos de Investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto, registrados com base na Instrução CVM nº 555/14 destinados exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da Instrução CVM nº 554/14. Mediante prévia autorização da ADMINISTRADORA.	VEDADO			

19) Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em cotas de Fundos de Investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto, registrados com base na Instrução CVM nº 555/14 que não as relacionadas nos itens (2), (3), (17) e (18) acima e (23) abaixo, desde que observadas as normas aplicáveis ao FUNDO.	20%		
20) Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário – FII.	VEDADO		
21) Cotas de classe Sênior de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIC-FIDC.	VEDADO		
22) Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI.	VEDADO		
23) Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – FIDC-NP e cotas de Fundos de Investimento em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – FIC-FIDC-NP.	VEDADO		
24) Ativos objeto de oferta privada emitidos por instituições não financeiras, desde que permitidos pelo inciso V do Artigo 2º da Instrução CVM nº 555/14 e observadas as normas aplicáveis ao FUNDO.	0%	20%	
25) Cotas de Fundos de Investimento em Participações – FIP e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações – FIC FIP.	VEDADO		
26) Operações de empréstimos de ações, nas quais o FUNDO figure como doador, conforme regulamentado pela CVM.	0%		100%
27) Operações de empréstimos de ações, nas quais o FUNDO figure como tomador, conforme regulamentado pela CVM.	VEDADO		
28) Operações de empréstimos de ativos de renda fixa nas quais o FUNDO figure como doador, conforme regulamentado pela CVM.	0%		33%
29) Operações de empréstimos de ativos de renda	VEDADO		

fixa nas quais o FUNDO figure como tomador, conforme regulamentado pela CVM.		
POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS	(% DO PATRIMÔNIO DO FUNDO)	
	MÍN.	MÁX.
1) Utiliza derivativos somente para proteção?	NÃO	
1.1) Posicionamento e/ou Proteção.	0%	100%
1.2) Alavancagem.	VEDADO	
2) Depósito de margem.	0%	15% ^{(1) (3)}
3) Valor total dos prêmios de opções pagos.	0%	5% ^{(2) (3) (4)}
4) Os Fundos investidos podem adotar estratégias com instrumentos derivativos, sendo vedada a alavancagem. Desta forma, o FUNDO, indiretamente, está exposto aos riscos inerentes a tais estratégias quando adotadas pelos Fundos investidos.	0%	100% ⁽⁵⁾
<i>(1) em relação à somatória da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal e ativos financeiros de emissão de instituições financeiras autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e ações aceitas pela clearing.</i>		
<i>(2) em relação à somatória da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal e ativos financeiros de emissão de instituições financeiras autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e ações pertencentes à carteira do FUNDO.</i>		
<i>(3) os títulos recebidos como lastro em operações compromissadas não serão considerados para a verificação deste limite.</i>		
<i>(4) no caso de operações estruturadas com opções que tenham a mesma quantidade, o mesmo ativo subjacente e que o prêmio represente a perda máxima da operação, deverá ser considerado o valor dos prêmios pagos e recebidos.</i>		
<i>(5) o limite não se aplica aos FIP, FIDC, FICFIDC, FII, FICFII e FICFIM classificados no segmento estruturado, bem como aos Fundos classificados como “ações – Mercado de Acesso” e Fundos de Investimentos constituídos no exterior dos Fundos investidos.</i>		
LIMITES POR EMISSOR	MÍN.	MÁX.
1) Tesouro Nacional.	0%	33%
2) Instituição financeira, seus controladores, controlados, coligados ou submetidos a controle comum, autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto os ativos financeiros descritos nos itens (7) e (10) abaixo.	0%	20%
3) Companhia aberta, exceto securitizadoras, seus controladores, controlados, coligados ou submetidos a controle comum, desde que operacionais e registradas na CVM, exceto os ativos financeiros descritos nos itens (7) e (10) abaixo.	0%	10%

4) Pessoas jurídicas de direito privado não relacionadas nos itens (2) e (3) acima e (7) a (9) abaixo, desde que tenham coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	0%	5%	
5) Cotas de um mesmo Fundo de Investimento, exceto as cotas descritas nos itens (8) e (9) abaixo.	0%	10%	
6) Pessoa natural.	VEDADO		
7) Ações, bônus ou recibos de subscrição e certificados de depósito de ações, desde que a emissão ou negociação tenha sido objeto de registro ou de autorização pela CVM.	0%	100%	
8) Cotas de um mesmo Fundo de ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM.	0%	100%	
9) Cotas de Fundos de Investimento em índice de mercado variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, conforme regulamentação estabelecida pela CVM.	0%	100%	
10) Brazilian Depositary Receipts classificados como nível II e III, desde que a emissão ou negociação tenha sido objeto de registro ou de autorização pela CVM.	0%	100%	
11) Cotas de Fundos de Investimento sediados no exterior.	0%	10%	
OPERAÇÕES COM A ADMINISTRADORA, GESTORA E LIGADAS	MÍN.	MÁX.	TOTAL
1) Ativos Financeiros de emissão da ADMINISTRADORA e/ou de empresas ligadas, vedada aquisição de ações da Administradora.	0%	20%	20%
2) Ativos Financeiros de emissão da GESTORA e/ou de empresas ligadas.	0%	20%	
3) Cotas de Fundos de Investimento administrados e/ou geridos pela ADMINISTRADORA e empresas ligadas. São excluídos desse limite as cotas de Fundos de Investimento previstos nos itens (2) e (3) do quadro de Limites por Ativos Financeiros.	0%	100%	100%
4) Cotas de Fundos de Investimento administrados e/ou geridos pela GESTORA e empresas ligadas. São excluídos desse limite as cotas de Fundos de Investimento previstos nos itens (2) e (3) do quadro de Limites por Ativos Financeiros.	0%	100%	
5) Contraparte com ADMINISTRADORA e/ou empresas ligadas.	PERMITE		
6) Contraparte com a GESTORA e/ou empresas ligadas.	PERMITE		
LIMITES DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	MÍN.	MÁX.	
Cotas de Fundos classificados como “Renda Fixa - Dívida Externa”; Cotas de Fundos de índice do exterior admitidas à	0%	20%	

negociação em bolsa de valores; Cotas de Fundos de ações BDR Nível 1. ⁽¹⁾		
<p><i>(1) no que diz respeito aos ativos financeiros negociados no exterior, a GESTORA deverá assegurar que: (i) os ativos financeiros emitidos no exterior com risco de crédito que compoñham a carteira do FUNDO sejam classificados como grau de investimento por agência de classificação de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia, exceto para os títulos emitidos no exterior da dívida pública brasileira ou para ativos financeiros emitidos no exterior de empresa brasileira constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto; (ii) os gestores dos Fundos de Investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de cinco anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento pelo FUNDO; e (iii) os Fundos de Investimento constituídos no exterior possuam histórico de performance superior a doze meses.</i></p>		
OUTRAS ESTRATÉGIAS		
1) Day trade.		VEDADO
2) Operações a descoberto.		VEDADO
3) Aplicações em cotas de Fundos de Investimento que invistam no FUNDO.		VEDADO
4) Locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros, exceto depósito de garantias em operações com derivativos; operações de empréstimos de ativos financeiro; e depósito de garantias de ações judiciais.		VEDADO
5) Aplicar em títulos ou valores mobiliários de companhias sem registro na CVM, ressalvados os casos expressamente previstos na Res. CMN nº 4.661/18 e na Res. CMN nº 3.922/10, conforme alteradas.		VEDADO
6) Aplicar em ativos financeiros de emissão de sociedades limitadas.		VEDADO
7) Realizar operações com ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificado de depósito de valores mobiliários não admitidos à negociação por intermédio de bolsa de valores autorizada a funcionar pela CVM ou mercado de balcão organizado, exceto nas seguintes hipóteses: (i) distribuição pública de ações; (ii) exercício do direito de preferência; (iii) conversão de debêntures em ações; (iv) exercício de bônus ou de recibos de subscrição.		VEDADO
8) Aplicar recursos na aquisição de cotas de Fundo de Investimento cuja atuação em mercados derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo Patrimônio Líquido ou que não observem as restrições previstas na Res. CMN nº 4.661/18 e a Res. CMN nº 3.922/10, conforme alteradas.		VEDADO

9) Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros que não os previstos na Res. CMN nº 3.922/10.	VEDADO
10) Aplicar os recursos em carteiras administradas por pessoas físicas, bem como em Fundos de Investimentos ou Fundos de Investimentos em cotas cujas carteiras sejam administradas por pessoas físicas.	VEDADO
11) Aplicar os recursos do FUNDO em Fundos de Investimentos ou Fundos de Investimentos em cotas que não possuam procedimentos de avaliação e de mensuração de risco da carteira de investimentos.	VEDADO
12) Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer forma.	VEDADO
13) Aplicar em títulos e valores mobiliários que não possuem liquidação exclusivamente financeira.	VEDADO
14) Aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de Fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma.	VEDADO
15) Negociar cotas de Fundos de índice em mercado de balcão.	VEDADO

Artigo 5º – O FUNDO pode participar de operações nos mercados de derivativos e de liquidação futura desde que observadas as seguintes condições, cumulativamente àquelas previstas no quadro “POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS”:

- a) a GESTORA deve realizar uma avaliação prévia dos riscos envolvidos na operação;
- b) a operação deve contar com sistemas de controles internos adequados às operações;
- c) a operação deve contar com a atuação de câmaras e prestadores de serviços de compensação e liquidação como contraparte central garantidora da operação;
- d) a operação deve ser realizada exclusivamente para proteção, podendo, inclusive, realizar operações de síntese de posição do mercado à vista;
- e) a operação não pode gerar, a qualquer tempo e cumulativamente com as posições detidas à vista, exposição superior a uma vez o respectivo Patrimônio Líquido;
- f) a operação não pode ser realizada na modalidade "sem garantia";
- g) não podem ser realizadas operações de venda de opção a descoberto; e

h) não podem ser realizadas aplicações em cotas de Fundos de Investimento cuja atuação, direta ou indireta destes Fundos em mercados de derivativos gere, a qualquer tempo, exposição superior a uma vez o respectivo Patrimônio Líquido.

Parágrafo Único – Para fins do exposto acima, considera-se proteção de carteira a utilização de instrumentos derivativos de hedge com objetivo de redução da exposição a determinados fatores de risco com simultâneo aumento da exposição ao índice de referência da carteira, do FUNDO ou do passivo vinculado ao plano ou seguro, conforme o caso.

Artigo 6º – Os percentuais referidos neste capítulo deverão ser cumpridos pela GESTORA e observados pela ADMINISTRADORA, diariamente, com base no Patrimônio Líquido do FUNDO do dia útil imediatamente anterior.

Parágrafo Primeiro – A ADMINISTRADORA e a GESTORA deverão assegurar, que as aplicações nos Fundos investidos observarão igualmente as regras previstas neste Regulamento, especialmente, no que aplicável, as normas que regulam as aplicações dos recursos das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios de previdência social, em particular a Res. CMN nº 4.661/18 e a Res. CMN nº 3.922/10, conforme alteradas.

Parágrafo Segundo – A posição consolidada dos investimentos realizados por meio de Fundos de Investimentos e de Fundos de Investimento em cotas de Fundos de Investimento com a posição das carteiras próprias e carteiras administradas dos investidores do FUNDO, inclusive para fins de verificação dos limites estabelecidos nas normas aplicáveis a tais investidores, como a Res. CMN nº 4.661/18 e a Res. CMN nº 3.922/10, conforme alteradas, não é de responsabilidade da ADMINISTRADORA e da GESTORA.

Artigo 7º – O FUNDO incorporará todos os rendimentos, amortizações e resgates dos ativos financeiros integrantes de sua carteira ao seu Patrimônio Líquido.

Artigo 8º – Além dos fatores de risco identificados no Parágrafo Primeiro do Artigo 3º, o COTISTA deve estar alerta quanto aos riscos assumidos pelo FUNDO, a saber:

- a) Risco de Mercado;
- b) Risco de Liquidez;
- c) Risco de Crédito/Contraparte;
- d) Risco de Mercado Externo;
- e) Risco Proveniente do Uso de Derivativos;
- f) Risco de Concentração; e
- g) Risco Tributário.

Parágrafo Único – Os riscos e fatores de riscos citados neste Artigo estão expostos no Formulário de Informações Complementares, ou outro documento e/ou meio que venha a substituí-lo, nos termos da regulamentação em vigor e conforme o disposto no Artigo 21 deste Regulamento.

CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Artigo 9º – O FUNDO é administrado pela BEM - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.066.670/0001-00, com sede social no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, credenciada como Administradora de Carteira de Valores Mobiliários pela CVM pelo Ato Declaratório nº 3.067, de 06.09.1994, doravante denominada (ADMINISTRADORA).

Parágrafo Primeiro – A ADMINISTRADORA é instituição financeira participante aderente ao Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA) com Global Intermediary Identification Number (GIIN) 6L2Q5J.00000.SP.076.

Parágrafo Segundo – A gestão da carteira do FUNDO é exercida pela VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.421.810/0001-63, com sede social na Av. Bartolomeu Mitre, nº 336, parte, Leblon, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, credenciada como Administradora de Carteira de Valores Mobiliários pela CVM pelo Ato Declaratório nº 11.836, de 25.07.2011, doravante denominada (GESTORA).

Parágrafo Terceiro – A GESTORA é instituição financeira participante aderente ao Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA) com Global Intermediary Identification Number (GIIN) LX9QL3.00004.ME.076.

Parágrafo Quarto – A custódia, tesouraria e controladoria dos ativos financeiros do FUNDO é realizada pelo BANCO BRADESCO S.A., com sede social no Núcleo Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, Osasco, SP, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 60.746.948/0001-12, credenciado como Custodiante de Valores Mobiliários pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM pelo Ato Declaratório nº 1.432, de 27.06.1990, doravante denominado (CUSTODIANTE).

Parágrafo Quinto – A relação completa dos prestadores de serviços do FUNDO está à disposição dos COTISTAS no Formulário de Informações Complementares ou outro documento e/ou meio que venha a substituí-lo, nos termos da regulamentação em vigor.

CAPÍTULO V – DA REMUNERAÇÃO E DEMAIS DESPESAS DO FUNDO

Artigo 10 – Pela prestação dos serviços de administração do FUNDO, que incluem a gestão da carteira, as atividades de tesouraria e de controle e processamento dos ativos financeiros, a distribuição de cotas e a escrituração da emissão e resgate de cotas, o FUNDO pagará o percentual anual fixo de 0,97% (noventa e sete centésimos por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido do FUNDO.

Parágrafo Primeiro – Será paga diretamente pelo FUNDO a taxa máxima de custódia correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do FUNDO.

Parágrafo Segundo – A taxa de administração é calculada e provisionada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) e será paga pelo FUNDO, mensalmente, por períodos vencidos.

Parágrafo Terceiro – Tendo em vista que o FUNDO admite a aplicação em cotas de Fundos de Investimento fica instituída a "*taxa de administração máxima*" de 4,00% (quatro inteiros por cento), com exceção da taxa de administração dos Fundos de índice e Fundos de Investimento imobiliário cujas cotas sejam admitidas à negociação em mercados organizados, e da taxa de administração dos Fundos geridos por partes não relacionadas à GESTORA do FUNDO.

Parágrafo Quarto – Não incidirá o percentual previsto no “Caput” deste Artigo e no Parágrafo Primeiro sobre a parcela do patrimônio do Fundo investida em cotas de Fundos de Investimento (i) sob administração da ADMINISTRADORA e gestão da GESTORA ou de empresas ligadas; ou (ii) sob gestão e administração de empresas ligadas à ADMINISTRADORA.

Artigo 11 – O FUNDO possui taxa de performance correspondente a 20% (vinte por cento) da valorização das cotas do FUNDO que exceder 100% (cem por cento) do índice da Bolsa de Valores de São Paulo - IBOVESPA, apurada de acordo com o Parágrafo abaixo, já descontada todas as despesas do FUNDO, inclusive a remuneração referida no Artigo 10.

Parágrafo Primeiro – A taxa de performance será provisionada diariamente, por dia útil, apurada semestralmente por períodos vencidos e calculada individualmente em relação a cada COTISTA.

Parágrafo Segundo – Não há cobrança de taxa de performance quando o valor da cota do FUNDO na data base respectiva for inferior ao valor da cota do FUNDO por ocasião da última cobrança da taxa de performance efetuada no FUNDO ou da aplicação do investidor no FUNDO se ocorrido após a data base de apuração.

Parágrafo Terceiro – As datas base para efeito de aferição de prêmio a serem efetivamente pagos corresponderão ao último dia útil de cada semestre civil.

Parágrafo Quarto – Para efeito do cálculo da taxa de performance relativa a cada aquisição de cotas, em cada data base, será considerada como início do período a data de aquisição das cotas pelo investidor ou a última data base utilizada para a aferição da taxa de performance em que houve o efetivo pagamento.

Parágrafo Quinto – No caso de aquisição de cotas posterior à última data base, o prêmio será apurado no período decorrido entre a data de aquisição das cotas e a da apuração do prêmio, sem prejuízo do prêmio normal incidente sobre as cotas existentes no início do período.

Parágrafo Sexto – Em caso de resgate, a data base para aferição da taxa de performance a ser efetivamente paga com relação a cada cota corresponderá à data de resgate. Para tanto, a taxa de performance será calculada com base na quantidade de cotas a ser resgatada.

Parágrafo Sétimo – A taxa de performance será paga até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao término do período de apuração. Ocorrendo resgate dentro do período de apuração desta taxa, a apuração será realizada até a data da conversão das cotas do respectivo resgate, e o valor apurado será pago até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do pagamento do referido resgate.

Parágrafo Oitavo – O FUNDO não possui taxa de ingresso ou taxa de saída.

Artigo 12 – Constituem encargos do FUNDO as seguintes despesas que lhe podem ser debitadas diretamente:

- I** – taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- II** – despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição, publicação de relatórios e informações periódicas previstas na regulamentação vigente;
- III** – despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos COTISTAS;
- IV** – honorários e despesas do Auditor Independente;
- V** – emolumentos e comissões pagas por operações do FUNDO;
- VI** – honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso;
- VII** – parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;
- VIII** – despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício do direito de voto dos ativos financeiros do FUNDO;
- IX** – despesas com liquidação, registro, e custódia de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;
- X** – despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;
- XI** – as taxas de administração e de performance;
- XII** – os montantes devidos a Fundos investidores na hipótese de acordo de remuneração com base na taxa de administração e/ou performance, observado ainda o disposto no Art. 85, § 8º da ICVM 555/14; e
- XIII** – honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado.

Parágrafo Único – Quaisquer despesas não previstas como encargos do FUNDO correm por conta da ADMINISTRADORA, devendo ser por ela contratadas, inclusive, a remuneração dos membros do conselho ou comitê de investimentos do FUNDO, quando constituídos por iniciativa da ADMINISTRADORA ou GESTORA.

CAPÍTULO VI – DA EMISSÃO E DO RESGATE DE COTAS

Artigo 13 – As cotas do FUNDO correspondem a frações ideais de seu patrimônio, são escriturais e nominativas, conferem iguais direitos e obrigações a todos os COTISTAS e não podem ser objeto de cessão ou transferência, salvo nas seguintes hipóteses: **(i)** decisão judicial ou arbitral; **(ii)** operações de cessão fiduciária; **(iii)** execução de garantia; **(iv)** sucessão universal; **(v)** dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens; ou **(vi)** transferência de administração ou portabilidade de planos de previdência.

Parágrafo Primeiro – A qualidade de COTISTA caracteriza-se pela adesão do investidor aos termos desse Regulamento e pela inscrição de seu nome no registro de COTISTAS do FUNDO, o qual deverá manter seus dados atualizados perante o FUNDO.

Parágrafo Segundo – O valor da cota do FUNDO será calculado e divulgado diariamente no encerramento do dia, após o fechamento dos mercados em que o FUNDO atua (COTA DE FECHAMENTO).

Artigo 14 – O ingresso inicial, as demais aplicações e os resgates de cotas do FUNDO podem ser efetuados em documento de ordem de crédito (DOC), transferência eletrônica disponível (TED) ou qualquer outro instrumento de transferência no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

Parágrafo Primeiro – Deverão ser observadas as seguintes regras de movimentação no FUNDO:

DESCRIÇÃO	VALOR
Valor Mínimo de Aplicação Inicial.	R\$ 500,00
Valor Mínimo de Aplicações Adicionais.	NÃO HÁ
Valor Mínimo de Resgate, observado o Saldo Mínimo de Permanência.	NÃO HÁ
Saldo Mínimo de Permanência.	R\$ 500,00

Parágrafo Segundo – A aplicação e o resgate de cotas do FUNDO serão realizados exclusivamente por meio de moeda corrente nacional, mediante débito e crédito em conta corrente, Documento de Ordem de Crédito – DOC, Transferência Eletrônica Disponível – TED, Balcão ou qualquer outro sistema de liquidação que venha a ser criado e legalmente reconhecido. Nas hipóteses em que aplicável, somente serão consideradas as aplicações como efetivadas após a devida disponibilização dos recursos na conta corrente do FUNDO:

Artigo 15 – As solicitações de aplicação e resgate deverão ocorrer até as 14h30, para efeito dos prazos previstos neste Capítulo.

MOVIMENTAÇÃO	DATA DA SOLICITAÇÃO	DATA DA CONVERSÃO	DATA DO PAGAMENTO
Aplicação	D	D+1	--
Resgate	D	D+60 dias corridos	2º dia útil subsequente à (DATA DA CONVERSÃO)

Artigo 16 – Solicitações de aplicações e resgates de cotas efetuados aos sábados, domingos e em feriados nacionais serão processados no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Primeiro – Em feriados de âmbito estadual ou municipal nas localidades da sede da ADMINISTRADORA os COTISTAS não poderão efetuar aplicações. As solicitações de resgates, entretanto, serão acatadas normalmente, embora o crédito dos recursos nas localidades abrangidas pelos feriados somente será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Segundo – O FUNDO não realizará, em feriados estaduais e municipais que impliquem em fechamento da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, aplicações ou resgates cuja conversão coincida com tais datas.

Artigo 17 – O FUNDO não possui prazo de carência para fins de resgate de cotas, podendo o mesmo ser solicitado a qualquer tempo.

CAPÍTULO VII – DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Artigo 18 – Compete privativamente à Assembleia Geral de Cotistas deliberar sobre:

I - as Demonstrações Contábeis do FUNDO, até 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício social, apresentadas pela ADMINISTRADORA, sendo certo que serão consideradas aprovadas as Demonstrações Contábeis que não contiverem ressalvas e não seja instalada a respectiva Assembleia Geral em virtude do não comparecimento de quaisquer COTISTAS;

II - a substituição da ADMINISTRADORA, da GESTORA ou do CUSTODIANTE do FUNDO;

III - a fusão, a incorporação, a cisão ou a transformação do FUNDO;

IV - a instituição ou o aumento da taxa de administração, da taxa de performance ou das taxas máximas de custódia;

V - a alteração da Política de Investimento do FUNDO;

VI - a amortização de cotas e o resgate compulsório de cotas, se for o caso; e

VII - a alteração deste Regulamento

Parágrafo Primeiro – A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, da data de sua realização.

Parágrafo Segundo – A presença da totalidade dos COTISTAS supre a falta de convocação.

Parágrafo Terceiro – A Assembleia Geral se instalará com a presença de qualquer número de COTISTAS, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo a cada cota um voto.

Parágrafo Quarto – Somente podem votar na Assembleia Geral os COTISTAS do FUNDO inscritos no registro de COTISTAS na data da convocação da Assembleia, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Parágrafo Quinto – Os COTISTAS também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela ADMINISTRADORA antes do início da Assembleia.

Parágrafo Sexto – O resumo das decisões das Assembleias Gerais deverá ser enviado a cada COTISTA no prazo de até 30 (trinta) dias após a data de realização da Assembleia.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 19 – O exercício social do FUNDO terá duração de 12 (doze) meses, tendo seu encerramento no último dia útil do mês de **AGOSTO** de cada ano.

Artigo 20 – Para efeito do disposto neste Regulamento, as comunicações entre a ADMINISTRADORA e os COTISTAS do FUNDO, serão realizadas por meio físico.

Artigo 21 – As informações adicionais relativas ao FUNDO estão descritas no Formulário de Informações Complementares, , ou outro documento e/ou meio que venha a substituí-lo, nos termos da regulamentação em vigor, disponível no site da ADMINISTRADORA www.bradescobemdtvm.com.br, informações aos COTISTAS.

Artigo 22 – Fica eleito o foro da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser para quaisquer ações nos processos judiciais relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste Regulamento.